

Mercado viabiliza investimentos

Economia do DF e do Entorno é dinâmica e já não depende dos projetos oficiais para crescer

Um mercado potencial de 1,6 milhão de habitantes, com uma das mais altas rendas per capita do País, US\$ 3.354 (1989), superior a de diversos países sul-americanos, e que importa de outras unidades da Federação cerca de 90% dos produtos que consome. É o Distrito Federal, formado por Brasília e suas 12 cidades-satélites, que agora parte para o processo de industrialização, como forma de aumentar a renda e o nível de emprego de sua população. Tudo isso, sem contar os 850 mil moradores dos 15 municípios do Entorno, um mercado em busca de oportunidades.

Na opinião do secretário da Federação das Indústrias do DF (Fibra), Walfrido de Assunção Ataíde, apenas três setores industriais já estão saturados: construção civil, gráfico e de fabricação de móveis. "As demais áreas da indústria de transformação comportam um grande número de unidades, voltadas não só para o mercado interno, como para exportação do excedente. Oportunidade de investimento é o que não falta aqui", garante.

Entre os setores que as indústrias de transformação não produzem o suficiente para abastecer o mercado brasileiro estão: o de alta tecnologia (informática, biotecnologia e gemologia); de confecções e

O DF E A AMÉRICA LATINA

País (1)	PIB total US\$ bilhões	População	PIB/Hab US\$ 1,00
Brasil	297,726	147.404.000	2.019,8
México	197,725	86.740.000	2.279,5
Argentina	75,151	31.929.000	2.353,7
Venezuela	52,340	19.246.000	2.736,2
Colômbia	44,565	32.961.000	1.379,0
Chile	32,740	12.961.000	2.526,1
Peru	18,917	21.113.000	896,1
Equador	14,070	10.327.000	1.362,5
República Dominicana	8,237	7.019.000	1.173,6
Guatemala	7,122	8.935.000	797,2
Uruguai	6,936	3.077.000	2.254,1
Distrito Federal (2)	6,252	1.864.200	3.354,0
Paraguai	5,388	4.158.000	1.295,9
Haiti	5,087	6.381.000	211,2
Costa Rica	4,292	2.941.000	1.459,6
Bolívia	4,207	7.000.000	601,0
Panamá	3,462	2.370.000	1.460,7
El Salvador	3,345	5.138.000	651,1
Honduras	3,030	4.982.000	608,2
Nicarágua	1,816	3.745.000	484,9

Fonte: Anuário estatístico de A América Latina y El Caribe/Cepal, Boletim Demográfico/Celade/Centro Latino-Americano de Demografia.

vestuário, que não produzem 5% das necessidades locais; artigos de limpeza e higiene; material de embalagem (papel, papelão etc). "Com a revisão do processo de compras governamentais, que prevê a aquisição prioritária dos produtos locais por suas empresas vinculadas e fundações, este setor terá um grande impulso, através do associativismo, avalia Walfrido. Ele permiti-

rá também o desenvolvimento sustentado da região, prevê.

Em articulação com o Sebrae, a Fibra desenvolve programas específicos voltados à média, pequena e microempresa do DF, na identificação de oportunidades de investimentos, orientação aos empresários e promoção de cursos.

Serviços

A economia brasileira cresceu à base dos investimentos públicos, os quais permitiram a alavancagem de grandes oportunidades ao setor privado. No entanto, hoje, a não ser a construção do metrô, Brasília não conta com grandes projetos de investimento. A análise é do diretor-técnico da Codeplan, Paulo Timm. Para quem Brasília representa 2% do Produto Interno Bruto nacional (PIB).

Enquanto o restante do Brasil viveu em 80, a chamada década perdida, registrando um crescimento de apenas 15%, em Brasília ocorreu o contrário, e cresceu três vezes mais. Ou seja, apresentou um desempenho econômico de 45% de crescimento, disse Timm. Por isso, ele acredita que, com a retomada do desenvolvimento, Brasília sairá na frente consolidando a região como um pólo de progresso e de oportunidades.

Na opinião de Paulo Timm, a vocação de Brasília é para o setor de serviços. "Por ser o centro político-administrativo do Brasil, a cidade abriga hoje o mais alto índice de inteligência por metro quadrado do País. Por isso, os serviços poderão ser a base de sustentação econômica do Distrito Federal", observa o professor.

Participação da União no orçamento ainda é de 66%

Aproximadamente Cr\$ 2 trilhões vão reforçar o orçamento do Governo do Distrito Federal, a partir de repasses da União, especialmente para as áreas de segurança, saúde, educação e para construção do metrô. Embora somente a segurança deva ser constitucionalmente mantida pelo Governo Federal, o restante das verbas transferidas voluntariamente representam uma compensação pelos serviços prestados à União e às representações estrangeiras instaladas em Brasília. Além disso, o artigo 150 da Constituição impede o GDF de cobrar impostos das repartições públicas federais e estrangeiras.

Não apenas o IPTU dos prédios públicos e dos apartamentos funcionais de propriedade da União deixa de ser recolhido, mas também outros impostos, como ICMS e ISS nas transações envolvendo organismos oficiais. O secretário de Fazenda e Planejamento, Everardo Maciel, explicou que o Governo não dimensiona as perdas com a não cobrança desses impostos, pois representam recursos que nunca serão recolhidos por causa do impedimento constitucional. "Brasília foi criada para ser a sede administrativa do País e por isso tem respon-



Autonomia política não foi acompanhada pela econômica, diz Everardo Maciel

sabilidades pelas quais não é oficialmente ressarcida", argumentou Maciel.

Fundo

Para este ano, as verbas da União representam cerca de 66% do orçamento geral do GDF. Do total somente um terço (22%) — para a segurança — é constitucionalmente garantido. Diante desse quadro, a proposta do secretário é a criação de um

fundo especial para o Distrito Federal, legalmente constituído. O DF integra os fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), sendo prejudicado em ambos devidos aos critérios. Os dois fundos têm como regras para divisão dos recursos, a área, a população e o inverso da renda per capita. Isso prejudica o DF que tem área e população pequenas e renda per capita alta.

Com a criação desse fundo, Maciel entende que Brasília não ficaria à mercê da boa vontade das autoridades federais para repasse de verbas voluntárias. "Seria um fundo permanente que garantiria a transferência sistemática e estruturada dos recursos", justificou, ressaltando que os repasses voluntários seriam substituídos pelo Fundo.

Autonomia

Dos Cr\$ 2 trilhões que serão repassados ao longo deste ano, Cr\$ 1 trilhão e 863 bilhões são para pagamento de pessoal, sendo Cr\$ 876 bilhões para educação, Cr\$ 475 bilhões para saúde e o restante para segurança. A União também destinou Cr\$ 43 bilhões para outros investimentos na área de segurança e Cr\$ 121 bilhões para o metrô. Os recursos de pessoal são liberados mensalmente para cobrir a folha de pagamento, mas a verba de custeio da segurança e para construção do metrô até agora não foi repassada.

Na opinião do secretário, a questão da autonomia do Distrito Federal não foi bem resolvida pela Constituição. "A autonomia política foi garantida, mas não a econômica", ressaltou.